

# **Educação, religiosidade, colonização: o caso de Maravilha-SC**

*Vitor Marcelo Vieira\**

## **Resumo**

Este artigo apresenta reflexões sobre a atuação da Companhia Colonizadora Sul Brasil e sua ligação com o papel desempenhado pela Igreja no campo educacional. Inúmeras foram as contribuições educacionais realizadas em Santa Catarina pelas instituições religiosas até que ocorresse a implantação efetiva do ensino público. Explicita-se de que forma foram se configurando esses primeiros momentos da colonização, da atuação dos primeiros professores, do surgimento da atividade educacional, no município de Maravilha-SC.

**Palavras-chave:** Educação. Igreja. Colonização.

## O papel da Igreja na educação brasileira

No período inicial da República no Brasil não havia um projeto educacional público eficaz. A educação popular era desejada por este projeto republicano e o espaço escolar representava a fórmula mais eficiente para insuflar nas crianças os ideais de civilização e modernidade (SOUSA, 2003, p.156). Portanto, havia a necessidade de ampliar a rede de ensino com a construção de espaços públicos, mas, para isso, era preciso superar a inviabilidade das regiões afastadas. Isto fica um pouco mais claro quando se percebe que:

A emancipação de um Estado Republicano precisava contar com as instituições escolares que contribuíssem com o desenvolvimento da indústria e a difusão de um saber positivista legitimamente aceitável entre a população. A reforma de Benjamin Constant, que tinha como princípios norteadores a laicidade do ensino, a formação na ciência e a gratuidade da escola primária, estava de mãos atadas diante da ineficiência do Estado. Portanto, a expansão do ensino e a organização escolar dependiam da influência e da experiência acumulada da Igreja Católica no setor educacional - como é reconhecido na historiografia brasileira - no intuito de dar uma resposta também à secularização do ensino propagada pelos liberais republicanos. (SOUSA, 2003, p.157).

Sousa (2003, p. 160) enfatiza ainda que em Santa Catarina “o governo estimulou e subvencionou escolas particulares, principalmente as católicas, que investiam na ordem e hierarquização social. Eram comuns escolas públicas e subvencionadas terem doutrina cristã todos os dias fora da hora de expediente e, algumas vezes adotarem manuais de catecismo durante o horário normal das aulas”. Em outra passagem percebemos que a Igreja, ao desempenhar seu papel, reproduzia os princípios republicanos:

A Igreja carregava e reproduzia os princípios de sustentação do Estado Republicano tais como: ordem, obediência, trabalho, amor à pátria, progresso, mimetismo europeu, etc. [...] Era da percepção dos governantes a condição concreta

de interferência da Igreja Católica no cotidiano dos sujeitos sociais. Contar com sua força de legitimidade ou, pelo menos de atuação na área educacional era suprir inicialmente uma deficiência financeira e realizar uma mudança comportamental dos sujeitos atingidos por esta escolarização. (SOUSA, 2003, p.160).

É mister afirmar que o Estado Republicano, ineficiente para implantar um projeto educacional eficiente neste período, não irá dispensar a experiência secular da Igreja Católica neste campo. Neste contexto, em que o Estado Republicano desejava implantar uma economia moderna, em consonância com o mercado exterior, a Igreja Católica buscava também seguir esses passos, negando seu passado imperial “[...] baseado no padroado, e inaugurava um projeto de cunho reformista europeu” (SOUSA, 2003, p. 157). Esse projeto reformista europeu se constituía na romanização que:

Estimulada por Roma, que nesse período era açoitada pela fúria liberal, a Igreja latino-americana recompõe-se como cristandade, lançando-se no grande empreendimento da romanização. Trabalho que resultou na centralização romana. A preocupação dominante na hierarquia católica, na segunda metade do século XIX, foi mudar o modelo tradicional de catolicismo, calcado na cultura lusa, por um catolicismo romano aos moldes do Concílio de Trento. O primeiro era considerado inculto, ignorante, atrasado, negro, sincrético. Era necessária uma nova evangelização que reformasse o clero, muito envolvido em assuntos políticos e reformasse o povo, por demais ligado a uma religião de devoções leigas e supersticiosas. É o tempo das grandes imigrações estrangeiras, do branqueamento da raça, da vinda do protestantismo de imigração e de missão, da vinda de muitas Congregações Religiosas européias, [...]. É a nova evangelização que romaniza a Igreja, afirmando a liderança espiritual do clero sobre o povo e o controle do povo por parte do clero. [...] O grande equívoco ou pecado dessa segunda evangelização na América Latina foi a marginalização do povo pobre (indígena e africano) e a marginalização da Religião desse povo, o ‘Catolicismo Popular’, construído durante longos séculos de resistência. (TEDESCO, 1993, p.82).

Conforme Sousa (2003, p.160), a Igreja buscava “[...] promo-

ver uma ação assistencial e educacional que permitisse dar as bases cristãs ao ensino laico e garantisse sua inserção e permanência na sociedade brasileira”. O autor lembra, ainda, que o cenário possibilita o surgimento de uma rede escolar católica popular dotada de referencial cristão-romanizador. Surgem, então, as Escolas Paroquiais instituindo paradigma cristão através da catequização.

A aparente indiferença pela educação escondia as difíceis condições em que os imigrantes viviam e a impossibilidade financeira de os filhos freqüentarem as escolas. [...] investir nas escolas passou a ser uma ação intencional da Igreja Católica, das elites das localidades, da diplomacia italiana e do governo republicano, que somente passou a impor a escola pública nas colônias estrangeiras quando encetou a campanha para a construção de uma identidade nacional. Através da escola primária e por meio do poder simbólico, esses líderes procuraram criar um imaginário social, constituir sujeitos e significar esse espaço segundo suas representações. (OTTO, 2003, p.106).

No que se refere ao conceito de “escolas paroquiais”, podemos afirmar que elas surgem ainda no período inicial da República para atender às necessidades educacionais dos filhos dos imigrantes. Sendo assim, as escolas paroquiais

Eram identificadas como escolas italianas, pelo fato de serem freqüentadas pelos filhos de italianos e o ensino ser ministrado em língua italiana ou em algum dos dialetos. Essas escolas foram fundadas pela iniciativa de algum padre e com o apoio dos colonos, pois os imigrantes em sua maioria eram católicos. Todavia, os colonos não tinham a excessiva preocupação que os bispos passaram a ter com as escolas, principalmente a partir da instalação da República. Em sua constituição (1891), as escolas públicas deveriam ser laicas, independentes de credos religiosos. [...] O padre era o dirigente dessas escolas, e, além dele, somente as pessoas que fossem designadas pela autoridade diocesana. [...] O vigário exercia o controle sobre essas escolas, demitia o professor que não fosse católico praticante e retirava os livros considerados contrários à doutrina católica. (OTTO, 2003, pp. 114-115).

Com referência ao processo de colonização no oeste de Santa Catarina, algumas cidades tiveram seus núcleos planejados pela Cia. Sul Brasili, entre elas Maravilha, sendo que a localização de praças, igreja, escolas e comércio, foram definidos previamente. Os trabalhadores e empreiteiros da colonizadora chegaram para abrir estradas, medir e vender terras.

Em 1951 quando foram medidos e demarcados os lotes urbanos, foram designados nomes para apenas duas avenidas da área urbana: Sul Brasil e Araucária. Esta última teve seu nome concebido naturalmente, devido às belas e imponentes araucárias que havia no local (PILATI, 1991, p.138).

As chácaras e lotes urbanos foram vendidos somente a partir de 1952. As araucárias, que devido à sua beleza e tamanho provocaram a famosa frase: “que Maravilha”, que deu o nome à cidade, hoje praticamente, ficam somente na lembrança e na memória registrada nos livros e fotos. Surge, assim, o povoado, com suas atividades econômicas, religiosas e educacionais. Conforme Renk (1993, p. 11):

A colonização, incentivada pelo governo, era empreendida por empresas particulares. Essas companhias colonizadoras valiam-se de várias estratégias para recrutar os colonos, descendentes de europeus, em vias de expropriação da pequena propriedade, no Rio Grande do Sul, por não permitir o parcelamento, o que inviabilizaria a condição camponesa. Para estes colonos a reprodução camponesa seria possível através da migração às novas áreas de colonização, que ofereciam áreas florestais, ou seja, a terra nova, a preços favoráveis, em relação aos do Rio Grande do Sul.

A Cia. Sul Brasil, para vender as terras, além de publicar propagandas em revistas e jornais, possuía também homens - em geral colonos que deveriam possuir credibilidade e conhecimento das terras - que faziam o trabalho de divulgação corpo a corpo. A Cia. Sul Brasil repassava 10 por cento do que eles vendiam. Conforme Werlang (2006, p. 61), o argumento que usavam “[...] era a existência de terras baratas e de boa qualidade para a produção de milho, mandioca, feijão e batata”.

Neste processo de colonização existia a preocupação em propiciar o atendimento religioso e educacional através da implantação de escolas e igrejas. Werlang (2006, p.64) enfatiza a necessidade de uma organização comunitária assentando colonos teuto-brasileiros católicos, teuto-brasileiros evangélicos e ítalo-brasileiros católicos, em lugares diferentes, a fim de evitar conflitos e facilitar a prática da sua religiosidade e o exercício da educação.

A organização dos núcleos populacionais foi fundamental para o progresso da colonização. A existência de estradas, comércio e o atendimento religioso e educacional atraíram novos colonos que já não vinham vislumbrados por belas propagandas, mas a partir das informações de parentes e conhecidos instalados na região. (WERLANG, 2006, p.69).  
informações de parentes e conhecidos instalados na região. (WERLANG, 2006, p.69).

A Cia. Sul Brasil planejou a maioria dos núcleos urbanos, que estavam em suas terras. Para isso havia se comprometido com o governo do estado em demarcar os núcleos a uma distância máxima de 30 a 40 quilômetros um do outro. Sendo assim, ela reservaria terrenos para as praças, escola, Igreja e cemitério. As cidades planejadas desde o início da colonização foram Palmitos, São Carlos, Maravilha, Saudades, Cunha Porã, onde era definida previamente a escolha de terrenos para praças, hotel, Igreja e escola (WERLANG, 2006, pp. 117-120).

A colonizadora instalou os colonos em diferentes áreas quando vendeu as terras a estes, levando em conta a sua origem étnica e religião. Desta forma acreditava poder evitar conflitos, além de facilitar a organização das comunidades e implantar escolas e igrejas. Essa forma de organização permaneceu até 1945 quando o ensino público foi implantado, fazendo com que os diferentes grupos mantivessem sua língua e seus costumes (WERLANG, 2006, pp. 140-141).

Com a colonização e a chegada das famílias de colonos à região, era evidente que mais cedo ou mais tarde, algo precisaria

ser feito para promover a educação dos filhos dos colonos. É neste contexto que a Cia. Territorial Sul Brasil, colonizadora responsável pela venda aos colonos, visando criar um atrativo para valorizar as terras, providencia a vinda de uma escola para Maravilha. Era mister que o recém-formado povoado tivesse uma escola, pois, sem dúvida, isso era interessante para os colonos que desejavam instruir seus filhos. Nesse contexto, de fato, colonização, religião e educação, andam de mãos dadas, pois a colonizadora, para atrair os colonos e convencê-los a comprar as terras, estava oferecendo a possibilidade da prática religiosa para os imigrantes e, principalmente, educação para seus filhos. Encontramos um bom exemplo disso quando:

A religiosidade dos colonizadores da região era grande, e a companhia, por sua vez, sabia que era fundamental possibilitar o atendimento religioso para atrair novas famílias. O templo também servia de escola. Na falta de igrejas, as aulas eram ministradas na casa do professor. Percebe-se, entre os entrevistados de origem alemã, uma maior preocupação com a alfabetização dos filhos. Koehler (Palmitos, 18 jan. 1991) conta que, no começo, as famílias tiveram que pagar o professor, mas, mesmo assim, eles saíram da Linha Barra Grande para morar em Três Pinheiros, para facilitar o acesso à escola para seus filhos. (WERLANG, 2006, p. 68).

Em Maravilha – SC as atividades educacionais tiveram início em março de 1951 com 25 crianças. Não havia um local próprio para a escola. Dessa forma, a Cia. Sul Brasil convidou uma professora que residia em Seberi – RS. Amélia da Silva Oliveira chegou em 1951. A colonizadora alugou uma sala e arrecadou fundos dos pais dos alunos para pagar a professora. Era, portanto, uma escola particular sem apoio de órgãos públicos. As aulas aconteciam pela manhã e todos os alunos de primeira à quarta série estudavam juntos, constituindo-se, assim, em uma escola multisseriada denominada de Escola Maravilha (DE LEMES, 2005, pp. 21-22).

Decorreu, dessa forma, um período em que a instrução se

deu por iniciativa particular, com ou sem o incentivo de um padre, e as escolas eram particulares, particulares católicas/paróquias ou ainda particulares que recebiam alguma subvenção municipal, estadual ou ainda do governo italiano. (OTTO, 2003, p. 111).

A partir de 1952 a escola passou para um galpão de madeira que pertencia ao padre Antônio Hammelstein, que servia de moradia para religiosos, capela e escola. Em 24 de maio de 1952 a escola se tornou estadual passando a se chamar Escola Isolada Estadual de Maravilha. A professora Amélia havia desistido de dar as aulas. Assim, é contratado o senhor David Gottardo, sendo o primeiro professor da escola.

A escolarização, organizada nos primórdios, iniciou-se com escolas primárias particulares, sob a regência de algum colono mais instruído ou com alguma experiência escolar trazida da Itália. O local de funcionamento das escolas era, geralmente, a casa do professor. As primitivas e pequenas capelas também serviam de escolas e quando as condições permitiam construía-se a escola ao lado da capela. Enfim, eram escolas pequenas, que funcionavam em precárias condições e tinham uma existência efêmera. (OTTO, 2003, p. 107).

No ano de 1953, a madre provincial Maria Irmengarda da Província de Santa Cruz com sede em Passo Fundo-RS, acompanhada de uma irmã, se dirigiu para Maravilha, para implantar uma escola primária com o objetivo de educar as crianças, filhos dos colonos. No dia 11 de fevereiro de 1954, as irmãs Maria Borja, Maria Zenaide, Maria Florentina, Maria Reinildes e Maria Aurora, após um acerto feito com a Cia. Sul Brasil seguiram de São Carlos em direção à Maravilha. Era a Congregação de Notre Dame que estava chegando para conduzir a educação no povoado.

A transferência de São Carlos para Maravilha teve a influência da Companhia Territorial Sul Brasil e dos padres Missionários da Sagrada Família, que necessitavam de auxílio nas atividades de noviciado que se iniciavam. Foi em fevereiro do mesmo ano que chegaram os primeiros seminaristas. (DE LEMES, 2005, p. 25).



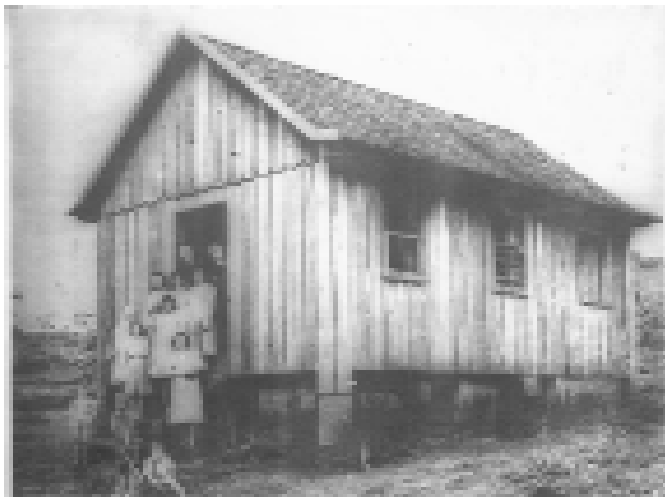
Em relação ao Seminário Nossa Senhora de Fátima, a Cia. Sul Brasil doou o terreno para a construção do mesmo. A história do seminário em Maravilha está intimamente ligada aos padres Missionários da Sagrada Família. A atuação da congregação se delimitou à área localizada entre os rios Uruguai, Antas e o Chapecó, região colonizada pela Cia. Sul Brasil. O plano de se construir um seminário na região iniciou em 1950, através do padre José Bunse, nesta época, pároco de São Carlos - SC.

Segundo Gialdi (2003, p. 147), o motivo da construção do Seminário em Maravilha - SC foi: “Em fins de 1951, tudo ficou combinado para o início da obra, merecendo menção especial as circunstâncias que determinaram o local: a centralização de Maravilha na extensa área de terras da Cia. Territorial Sul Brasil”.

A criação do Pré-Seminário Nossa Senhora de Fátima ocorreu no dia 25 de novembro de 1953 (GIALDI 2003, p.149), sendo que a inauguração aconteceu no dia 28 de fevereiro de 1954. Na festa de inauguração, que foi organizada pelas irmãs de Notre Dame, estava presente a madre provincial Maria Irmengarda (GIALDI, 1993, p.118). Tomando distância para vislumbrar este cenário, percebo que a formação da sociedade vai se configurando embasada na educação religiosa e, sobretudo, esta vocação se torna uma característica do colonizador europeu, pois, segundo Renk (1993, p. 14):

Há ainda o papel da vocação religiosa, que é apresentada como peculiar aos imigrantes. Esta “vocação religiosa” dos descendentes de europeus foi determinante do grande número de seminários na região de imigração européia, no sul do país. O encaminhamento dos filhos de colonos ao seminário fazia parte da estratégia de reprodução social do campesinato, deserdando-os, para manter a unidade da propriedade. De outro lado, para os colonos era importante estar assegurada a presença do clero nas novas colônias. No caso aqui tratado houve a doação de terrenos para Igreja, conventos.

Além da presença dos padres, era fundamental que alguém cuidasse da educação, dos princípios e valores morais da população. Esta era a tarefa principal das Irmãs de Notre Dame em Maravilha.



A primeira escola em 1954. Acervo: EEB Nossa Senhora da Salete.

Com isso, o processo de colonização foi acelerado, pois, na medida em que é proporcionada a educação e a religiosidade para as crianças, novas famílias se motivam a vir para Maravilha. De Lemes (2005, p. 27) diz que: “a forte influência religiosa era eminente. O fato das irmãs estarem à frente da escola, atraía ainda mais colonizadores”. A passagem a seguir propõe que, ao chegarem nesta nova terra, os colonos queriam local para praticar sua religiosidade e educação para seus filhos.

As primeiras famílias que aqui enveredaram ficaram distantes das povoações e sofriam a carência de orientação espiritual, catequese e escola para oportunizar aos filhos uma educação plena. Atendendo a esse chamado, em 1953, a madre provincial Maria Irmengarda, da Província de Santa Cruz, com sede em Passo Fundo (RS), acompanhada por uma irmã, colocaram-se a caminho em direção a esta comunidade que rapidamente vinha crescendo. Junto trouxeram o plano de

começar uma escola primária para as crianças daqui. (GIALDI, 2003, p.135).

No povoado estavam presentes todas as condições para formar uma sociedade calcada no princípio “cristão-civilizador”. Esses acontecimentos formavam um entrelaçamento de situações, pessoas e instituições, fundamentado na religião e na educação.

Nesse contexto, quem estava no centro do processo de ensino oficial era a Congregação das Irmãs de Notre Dame. Observava-se, dessa maneira, uma configuração do poder que emanava da parceria entre a Igreja, o governo do estado e a Cia. Sul Brasil. A escola buscava legitimar tudo isso e formar a elite desta nova sociedade para atender a “urgência” da lógica do capitalismo.

Os princípios empregados pelas irmãs na educação, iam de encontro com a ideologia política presente no cenário político nacional, pois:

O espaço escolar era um mecanismo eficiente para isso, não só para insuflar idéias republicanas e conquistar a simpatia dos proclamados cidadãos ao formá-los nesta orientação como também lugar de adestramento de um corpo frágil e moldável que, segundo o discurso, carecia de virtudes para um mundo de ordem, de trabalho e de progresso. Queria se formar um homem novo, seguidor dos interesses da Pátria. O processo de ensino deveria levar a criança a obedecer e a respeitar uma sociedade hierarquizada e de ordens (SOUZA apud DALLABRIDA, 2003, p. 156).



Desfile de 7 de setembro de 1959. Acervo: EEB. Nossa Senhora da Salete.

Maravilha – SC.

Os ideais de patriotismo e respeito às instituições e autoridades eram cultuados, sobretudo no espaço escolar. As regras de conduta e convivência em sociedade, começavam a ser “implementadas” pela escola. Havia duas escolhas possíveis, adaptem-se a elas ou não, pois:

Toda a sociedade grande e complexa tem na verdade, as duas qualidades: é muito firme e muito elástica. Em seu interior, constantemente se abre um espaço para as decisões individuais. Apresentam-se oportunidades que podem ser aproveitadas ou perdidas. Aparecem encruzilhadas em que as pessoas têm de fazer escolhas, e de suas escolhas, conforme sua posição social pode depender seu destino pessoal imediato, ou de uma família inteira, ou ainda, em certas situações, de nações inteiras ou de grupos dentro delas. Mas as oportunidades entre as quais a pessoa assim se vê forçada a optar não são, em si mesmas, criadas por essa pessoa. São prescritas e limitadas pela estrutura específica de sua sociedade e pela natureza das funções que as pessoas exercem dentro dela. E, seja qual for a oportunidade que ela aproveite, seu ato se entremeará com os de outras pessoas; desencadeará outras seqüências de ações, cuja direção e resultado provisório não dependerão desse indivíduo, mas da distribuição do poder e da estrutura das tensões em toda essa rede humana móvel. (ELIAS, 1994, p. 48).

As irmãs, quando assumem os rumos da educação, vão além do espaço escolar, pois educam os alunos para serem sujeitos “dóceis” e trabalhadores. Isto garantiria a harmonia e o “progresso” da sociedade.

Sob os mais diversos aspectos, a escola se tornava, dessa forma, um meio de dominação, abrigando na sua pedagogia e metodologia as mais diversas formas de promover a formação de um indivíduo “civilizado”, preparado para adaptar-se a sociedade. A escola, desta forma, torna-se um eficiente instrumento da ideologia da classe dominante. O cidadão vai aprender a respeitar os preceitos de “ordem e progresso” e obediência às autoridades e às instituições. Numa reunião pedagógica, a irmã Maria Ancila – diretora da então Escola Básica Nossa Senhora da Salete – e a irmã Maria Inocente chegam a seguinte conclusão:

Viu-se que a comunicação de hoje está transformada em máquinas. O homem apenas raciocina. O novo homem não se limita a isso, quer algo mais. Busca uma comunhão em que possa viver humanamente, valorizada como pessoa e não como robô. O aluno é um ser que busca conhecimentos, quer formação. Nós queremos que ele seja capaz de enfrentar o mundo conscientemente. Devemos dar atenção, encontrar oportunidades para poder dialogar, conhecer e orientar essa gente que quer ser alguém. (ATA N°. 60, 1974, p.75).

**Notas :**

\*Graduado em História pela Unochapecó. Pós-graduando em Educação com concentração em História e Geografia pela Unoesc – Campus de São Miguel D’Oeste. Mestrando em História pela UPF.

<sup>i</sup> A Companhia Territorial Sul Brasil, sociedade anônima, com sede em Porto Alegre (RS), constituída em 23 de maio de 1925 era formada por 14 acionistas.

## Referências

DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de Escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

DE LEMES, Lucirlene Pertuzatti. **Educação em Maravilha: o pioneirismo da Escola Salete**. Porto Alegre: EST edições, 2005.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ESCOLA BÁSICA NOSSA SENHORA DA SALETE. **Livro de ata de 1974**. Livro n.º. 60, p.75.

GIALDI, Francisco. **Maravilha: sua terra, sua gente, sua história**. 2. ed. Porto Alegre: EST Editora, 2003.

OTTO, Clárcia. As escolas Italianas entre o Político e o Cultural: discursos e tensões na construção de sujeitos. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de Escolas: modos de educação em Santa Catarina na primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

PILATI, José Isaac. **História da Colonização de Maravilha**. Florianópolis: UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.  
TEDESCO, Adair. **O peso da cruz: conquista e religião**. Chapecó: Unoesc, 1993.

VIEIRA, V. M. **A Congregação das Irmãs de Notre Dame e a Educação em Maravilha**. 2009. 43 f. Monografia (Especialização em Educação com concentração em História e Geografia) - Universidade do Oeste de Santa Catarina, São Miguel do Oeste, 2009.

VIEIRA, V. M. **As irmãs de Notre Dame e a Educação em Maravilha.** 2007. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Comunitária Regional de Chapecó, Chapecó, 2007.

WERLANG, Alceu Antônio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense:** a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006.



### **Abstract**

This article presents reflections on the role of the Colonization Society Southern Brazil and its connection with the role played by the Church in the educational field. From this analysis, I found that many educational contributions were made in Santa Catarina religious institutions occur until the effective implementation of public education. The Republic inefficient to administer education in the most remote parts of the country could not ignore the baggage and the experience of the ancient Catholic Church in education. This article will show how it has shaped up those first moments of colonization, the performance of the first teachers, the emergence of educational activities, the Maravilha City of state Santa Catarina.

**Keywords:** Education. Church. Colonization.